

O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA) NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA



ANA CRISTINA SILVA DOS SANTOS PURCINO

Graduação em Pedagogia pela Universidade Anhanguera (2013); Professora de Educação Infantil - no CEU CEMEI Novo Mundo, Professora de Educação Infantil na EMEI Eduardo Carlos Pereira.

RESUMO

O termo inclusão é muito utilizado na Educação Especial. Inicialmente, integrava-se o estudante ao ambiente de forma a socializá-lo, mas, com a Declaração de Salamanca de 1994, surgiu o debate sobre a matrícula de estudantes com deficiência em classes comuns, assim como a necessidade de metodologias diferenciadas voltadas para esses estudantes, como é o caso da aplicação do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Porém, apesar das Políticas Públicas, ainda existem escolas que não conseguiram colocar em prática o que está previsto em lei, seja em termos de acessibilidade, locomoção, materiais, entre outras questões. Desta forma, como objetivo geral, tem-se a discussão sobre a Educação Especial no Brasil; e como objetivos específicos, a discussão de práticas em sala de aula e a adaptação de materiais observando-se os aspectos positivos com relação ao tema. A metodologia utilizada foi a de caráter qualitativo, sendo realizada pesquisa bibliográfica a respeito do tema. Os resultados encontrados demonstraram que quando as metodologias diferenciadas para o ensino possibilitam ao estudante com deficiência progredir de forma satisfatória, resultando em autonomia, aprendizagem e qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial; Estudante com Deficiência; Desenho Universal para a Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O termo inclusão voltado para a Educação Especial é relativamente recente. Por muito tempo, existia por parte da sociedade certa discriminação, onde a exclusão acontecia às claras.

A partir da democratização das escolas, as pessoas que eram até então excluídas do processo passaram a ter seus direitos garantidos, surgindo a urgência do uso do termo inclusão. De início,

a ideia era garantir que o estudante com deficiência frequentasse a escola, no sentido de integrá-lo para socialização. Conforme as mudanças foram ocorrendo, o cenário educacional também mudou para atingir uma educação inclusiva.

Porém, tem-se como problemática que ainda nos dias de hoje muitas práticas pedagógicas ainda não contemplam as necessidades e especificidades desses estudantes.

Justifica-se o presente artigo no sentido de pensar, observar e discutir sobre a inclusão para um ensino de qualidade, como os recursos didáticos, o preparo de profissionais, a acessibilidade nas escolas, dentre outras questões, que devem não se tornar desafios na escola, mas, sim soluções.

Como objetivo geral, tem-se a Educação Especial e a inclusão dos estudantes com deficiência nas escolas regulares, com base na legislação e nas Políticas Públicas; e a aplicação de práticas pedagógicas como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), como metodologia diferenciada para desenvolver a aprendizagem dos estudantes.

Quanto a metodologia utilizada, escolheu-se a de caráter qualitativo, a partir da realização de pesquisa bibliográfica sobre o tema.

REFLETINDO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Independentemente das condições, todas as pessoas têm o direito de frequentar o ensino regular comum, havendo a necessidade por parte das escolas em transformar os diferentes ambientes, sem que os estudantes sejam obrigados a se adaptarem, garantindo o acesso, a permanência e a aprendizagem, através de práticas pedagógicas que englobem a todos (NASCIMENTO, 2015).

Pensando nas práticas pedagógicas, a Portaria Normativa nº 13/2007, trouxe o Programa de Implantação da Sala de Recursos Multifuncionais, voltado para integrar os estudantes com deficiência em salas com equipamentos de informática, mobiliário e materiais adaptados, integrando-os com as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDC), que são recursos atrativos, que instigam, estimulam e contribuem para o desenvolvimento dos estudantes em geral (BRASIL, 2007).

O Ministério da Educação (MEC), disponibilizou materiais didáticos e paradidáticos em braile, áudio e na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), notebooks com sintetizador de voz, softwares para comunicação, entre outros recursos que facilitam a promoção do acesso ao currículo:

Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia a dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência (MANZINI, 2005, p. 82).

Neste caso, a Educação Especial encontra-se voltada também para o uso das Tecnologias Assistivas como aliada no desenvolvimento de competências e habilidades, gerando novas perspectivas para os estudantes (PERES, 2003).

A inclusão se reflete sobre as questões práticas necessitando adaptação e flexibilização de tecnologias, mobiliários, materiais, espaços, além da adaptação de recursos pedagógicos, pensando nas práticas em sala de aula:

É de fundamental importância salientar que o currículo não deve ser concebido de maneira a ser o aluno quem se adapte aos moldes que a escola oferece, mas como um campo aberto à diversidade. Essa diversidade não é no sentido de que cada aluno poderia aprender conteúdos diferentes, mas sim aprender conteúdos de diferentes maneiras. Para efetivar tal acontecimento, ao planejar, professor precisa estabelecer expectativas altas e criar oportunidades para todos os alunos aprenderem com sucesso, incluídos todos (REGO et al., 2016, p. 7).

As adaptações devem ter como base as necessidades e especificidades dos estudantes, levando em consideração as características físicas, sensoriais, habilidades, dentre outras questões, voltando-se para a equidade de oportunidades a todos, a fim de desenvolver a independência, a autonomia e a socialização.

Por esse motivo, é preciso a adaptação de materiais e recursos pedagógicos a fim de possibilitar aos estudantes o acompanhamento dos conteúdos e o desenvolvimento das potencialidades de forma individual.

Sá (2008), relata que as adaptações curriculares incentivadas pelo MEC, citadas no documento Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, potencializam a aprendizagem e o desenvolvimento, levando em consideração o Projeto Político Pedagógico (PPP) e as práticas inclusivas.

As adaptações curriculares devem indicar o que, como e quando esses estudantes irão aprender, além da avaliação da aprendizagem evidenciando a necessidade de fornecer recursos e apoio adequados:

O currículo adaptado implica compreender situações diferenciadas, maneiras diversificadas de apresentar conteúdos que facilitem a compreensão. Nunca será permitida a adaptação do currículo com a intenção de selecionar quais conteúdos o aprendente com deficiência terá condições ou não de aprender. Seria um equívoco pensar adaptação de currículo neste formato (COSTA, 2009 s/p.).

Outra questão a ser considerada atualmente, é o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que funciona como um tipo de prática pedagógica mais inclusiva. A proposta traz princípios norteadores para o planejamento visando atender as necessidades de aprendizagem dos estudantes.

É preciso reconhecer a necessidade de oportunizar atividades diferenciadas de modo que todos os estudantes possam ter acesso ao currículo, implicando no desenvolvimento de práticas que permitem diferentes formas de representação, envolvimento e expressão:

[...] Garantir o acesso à escola regular constitui a dimensão mais fácil de alcançar no processo de inclusão, pois depende sobretudo de decisões de natureza política. Já assegurar a aprendizagem e o sucesso na aprendizagem envolve mudanças significativas nas formas de conceber a função da escola e o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem. Trata-se, portanto, de equacionar processos pedagógicos inclusivos que permitam o envolvimento efetivo de crianças e jovens com NEE na aprendizagem [...] Tal necessidade está associada ao aparecimento do conceito Universal Design for Learning (UDL) nos anos 90 [...] (NUNES e MADUREIRA, 2015, p. 7).

Esses princípios e estratégias possibilitam aos professores definir os objetivos de ensino, criar materiais e formas diferentes de avaliação que sejam adequadas para todos (KING-SEARS, 2014).

O DUA se baseia em um tipo de abordagem que visa diminuir as barreiras relacionadas a aprendizagem, maximizando o potencial de todos, à medida que exige do docente a capacidade de observar as limitações relacionadas a gestão do currículo, ao invés de focar nas limitações dos estudantes.

É fundamental a presença de profissionais especializados na escola, ou para aqueles que ainda não são, capacitá-los. Afinal, o objetivo principal deve ser o desenvolvimento da autonomia desses estudantes, para que possam interagir na sociedade, o que fará total diferença na sua vida, na sua família e no convívio em sociedade:

Acreditamos que, se quisermos uma escola que atenda à diversidade, ou seja, uma escola inclusiva, precisamos pensar com o outro, precisamos de um processo longo e constante de reflexão-ação crítica, com os profissionais que fazem o ato educativo acontecer. Se quisermos mudanças significativas nas práticas convencionais de ensino, precisamos pensar a formação continuada dos educadores (JESUS ALMEIDA; SOBRINHO, 2005, p.1).

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nos dias atuais, tanto o governo quanto a sociedade criaram consciência em relação às pessoas com deficiência, preocupando-se com questões relacionadas à dignidade humana e aos direitos, por exemplo.

No Brasil, a preocupação começou a ganhar força em 1854 com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje chamado de Instituto Benjamin Constant, voltado para o cuidado de deficientes visuais.

Em 1857, foi criado o Instituto dos Surdos Mudos, com a preocupação de cuidar de um segundo tipo de deficiência muito comum na população, a deficiência auditiva.

Ainda, com relação ao Instituto Benjamin Constant, em 1947, houve o apoio da Fundação Getúlio Vargas, iniciando a preparação de docentes para trabalharem com estudantes com algum tipo de deficiência:

Em 1947, o Instituto Benjamin Constant, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, realizou o primeiro Curso de Especialização de Professores na Didática de Cegos. No período de 1951 a 1973, passou a realizar tal curso de formação de professores em convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP (MAZZOTA, 2005, p. 33).

No ano de 1926, ocorreu a criação do Instituto Pestalozzi, voltado para o atendimento de pessoas com deficiência mental. Em 1954, surgiu a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), primeiro instituto a cuidar de múltiplas deficiências com o apoio de profissionais, famílias e amigos.

A Lei nº 5.692/71 alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, definindo a necessidade de “tratamento especial” às pessoas com: “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em

atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados” (BRASIL, 1961, s/p.).

Desse período para frente, diversos foram os governos, instituições e políticas públicas criadas para garantir esses direitos. Segundo Araújo (1997), a Emenda nº 12 da Constituição Federal de 1967, marcou uma verdadeira revolução no país em relação aos direitos das pessoas com deficiência.

O marco definitivo ocorreu com a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada no ano de 1988. A legislação, em específico, veio a assegurar os direitos dos portadores de deficiência através dos artigos 5º, caput; 7º, inciso XXXI; 37, inciso VIII; 203, inciso IV e V; 208, inciso III; e 227, inciso II do parágrafo I e II.

Em 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, ocorrida em Salamanca, discutiu os direitos delas. Inúmeras discussões culminaram na produção de um documento voltado à necessidade da inclusão desses estudantes em classes comuns, garantindo a inclusão, a socialização e uma metodologia centrada nesses estudantes (TAKAHASHI et al., 2014).

As políticas públicas educacionais devem assegurar os direitos dos estudantes com deficiência a fim de que tenham o direito de frequentar a escola em salas regulares, desenvolvendo-se, socializando-se, e sendo incluídos de todas as formas possíveis, para poderem viver com mais qualidade.

No caso da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME), tornou-se uma das redes pioneiras na oferta de atendimento a Educação Especial, avançando de forma significativa desde o ano de 1951, com a criação da primeira escola municipal para pessoas com deficiência auditiva, além da promulgação de diferentes leis, decretos, normativas, projetos, formação continuada, Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), entre outras ações que auxiliam a promover a inclusão dos estudantes com deficiência.

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA COM BASE NAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Para uma aprendizagem significativa, a utilização das TDIC em sala de aula facilita o aprendizado dos estudantes. A utilização do computador como recurso didático ajuda os mais diferentes graus e tipos de deficiência, através de diversas ferramentas que resultam na possibilidade de trabalhar de forma lúdico-pedagógica (VALENTE, 1997).

Ainda, segundo o autor, para a pessoa com deficiência, o computador pode significar um caderno diferenciado uma vez que é eletrônico; para quem possui deficiência representa um elo entre o concreto e o abstrato; e para a pessoa com deficiência intelectual, uma forma de desafiar suas capacidades.

Por esse motivo, é de responsabilidade da escola, da equipe gestora e dos professores garantir a acessibilidade a esses recursos de forma a permitir o desenvolvimento global desse estu-

Para que a escola promova inicialmente o desenvolvimento e posteriormente a aprendizagem é necessário que ela possua uma prática pedagógica coletiva na qual deixe bem claro a importância do envolvimento familiar com a escola, além de mudanças de caráter estrutural e metodológico, privilegiando metodologias de ensino que sejam adequadas as reais necessidades dos estudantes:

As escolas, de modo geral, têm conhecimento da existência das leis acerca da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar e da obrigatoriedade da garantia de vaga para estas. As equipes diretivas respeitam e garantem a entrada destes alunos, mostrando-se favoráveis à política de inclusão, mas apontam alguns entraves pelo fato de não haver a sustentação necessária, como por exemplo, a ausência de definições mais estruturais acerca da educação especial e dos suportes necessários à sua implementação (PAULON et al., 2005, p. 25-26).

Os estudantes com deficiência eram vistos pela sociedade como pessoas incapazes de aprender, de construir conhecimentos e conseqüentemente de conviver em sociedade. Por serem considerados dependentes eram muitas vezes submetidos a métodos mecânicos e repetitivos que só atrasam seu lado cognitivo, seu aprendizado e a aquisição de autonomia.

As escolas precisam se reestruturar a fim de garantir que todos os estudantes tenham acesso à igualdade de oportunidades através de práticas pedagógicas que resultem em aprendizagem significativa, impedindo a segregação e o isolamento, pois, a educação tem passado por um momento de transformação a fim de que todos sejam atendidos sem distinção, desenvolvendo diferentes competências e habilidades, e respeitando sempre as suas necessidades.

O processo de inclusão e de aprendizagem pode ser favorecido quando existe a preparação e a dedicação dos profissionais; o apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo (NASCIMENTO, 2015).

Para Mantoan (2011), as atividades lúdicas favorecem o envolvimento dos estudantes durante as atividades facilitando assim sua aprendizagem e seu desenvolvimento intelectual e psicomotor.

O lúdico é uma prática escolar que pode e deve ser utilizada para estimular a construção do conhecimento bem como a progressão das diferentes habilidades, sendo uma importante ferramenta educacional. As possibilidades de trabalhar com a ludicidade são amplas, podendo relacioná-las ao convívio e ao prazer, essenciais para o desenvolvimento humano.

Nhary (2006) reforça a ideia de que as atividades lúdicas são importantes para o desenvolvimento do estudante que possui algum tipo de limitação, pois, ao brincar todos são vistos como capazes de realizar atividades no coletivo, respeitando suas capacidades físicas, intelectuais e sociais.

Ou seja, uma forma de inclui-los pode ocorrer através da utilização do lúdico, já que esse tipo de atividade desperta o desejo de estar com o outro, promovendo alegria, felicidade, prazer e aprendizado, entre outros sentimentos.

O uso da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem como motivadora e facilitadora, faz com que os estudantes vivenciem valores e atitudes, além dos conteúdos:

As atividades lúdicas possibilitam fomentar a "resiliência", pois permite a formação do auto-conceito positivo. As atividades lúdicas possibilitam o desenvolvimento integral da criança, já que através destas atividades a criança se desenvolver efetivamente, convive socialmente e opera mentalmente: O brinquedo e o jogo são produtos de cultura e seus usos permitem

trição, a saúde, a habitação e a educação; Brincar ajuda a criança no seu desenvolvimento físico, afetivo, intelectual e social, pois, através das atividades lúdicas, a criança forma conceitos, relaciona ideias, estabelece relações lógicas, desenvolve a expressão oral e corporal, reforça habilidades sociais, reduz a agressividade, integra-se na sociedade e constrói o seu próprio conhecimento; O jogo é essencial para a saúde física e mental; O jogo simbólico permite à criança vivências do mundo adulto e isto possibilita a mediação entre o real e imaginário (SANTOS, 2000 p. 20).

O conhecimento pode ser adquirido pelas relações que se estabelece e não por exposição a fatos ou conceitos isolados. A participação nas brincadeiras fornece dados importantes sobre o desenvolvimento, a forma de aprender, e a autonomia dos mesmos (RESENDE, 2018).

Qualquer tipo de atividade lúdica, como as brincadeiras e jogos, favorece o processo de inclusão, pois, durante a brincadeira ocorre a integração entre os estudantes, aprendendo a serem cooperativas e a respeitar os limites impostos por elas mesmas: “a ludicidade constitui um traço fundamental das culturas infantis. Brincar não é exclusivo das crianças, é próprio do homem e uma das suas atividades sociais mais significativas” (NHARY, 2006).

Por esse motivo, também é de suma importância a formação dos professores para desenvolver diferentes metodologias junto aos estudantes:

É consenso a importância de que os cursos de graduação, sobretudo os de formação de professores, incluam conteúdos e disciplinas na área das necessidades educacionais especiais em suas matrizes curriculares, mesmo que isso, por si só, não garanta a qualidade profissional dos futuros professores, nem a inclusão escolar dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Entretanto, a inexistência de espaços no currículo para se abordar essa temática é mais um agravante, para não se concretizar uma reeducação inclusiva a esse alunado (PRAIS e ROSA, 2017, p. 415).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A matrícula dos estudantes com deficiência em classes regulares tem se mostrado de suma importância, exigindo do docente conhecimento aprofundado e a prática de estratégias e intervenções que sejam eficazes para o aprendizado de todos.

Diversas pesquisas apontam que novos desafios são trazidos à tona tanto em relação a área da pesquisa quanto as práticas pedagógicas. A primeira trata-se da forma como os pesquisadores conduzem suas pesquisas, já que o objetivo é auxiliar, facilitar a compreensão e dar subsídio para os docentes a utilizarem em sala de aula e, por outro lado, o governo precisa proporcionar formação específica e continuada para esses profissionais para atender melhor às necessidades dos estudantes.

A oferta para todos deve ser de qualidade, com um olhar individualizado, uma aprendizagem coletiva, em que a oferta do conteúdo e do currículo deve contemplar a todos a partir de estratégias diferenciadas.

Nesse sentido, a inclusão impõe mudanças importantes no modo de funcionamento da escola e no desenvolvimento de práticas pedagógicas que funcionem de forma eficaz e que garanta a aprendizagem de todos os estudantes, como é o caso do DUA.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P.F. **Desporto Adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidades**. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997, 140f.

BRASIL. **Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2015. promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1961**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso 01 jul. 2023.

BRASIL. Portaria normativa nº 13. **Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília: MEC. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso 02 jul. 2023.

COSTA, V.F. **Inclusão, sem risco de excluir**. Olinda, PE: Babeco, 2009.

KING-SEARS, P. **Introduction to learning disability quarterly special series on universal design for learning: Part one of two**. Learning Disability Quarterly, 2014, 37(2), 68–70.

JESUS, D.M.; ALMEIDA, M.L.; SOBRINHO, R.C. **Pesquisa-ação crítico-colaborativa: implicações para a formação continuada e a inclusão escolar**. In: **Reunião anual da associação de pesquisa e pós-graduação, 28.**, 2005, Caxambu, MG. Anais... Caxambu, MG: ANPED, 2005b. v. 1, p. 1-20.

MACÊDO, J.A.S. **Inclusão: a escola está preparada para ela?** 2010. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/inclusao-escola-esta-preparada-para-ela.htm>>. Acesso 03 jul. 2023.

MANTOAN, M.T.E. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MANZINI, E.J. **Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas**. Brasília, 2005. p. 82-86.

MAZZOTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

NASCIMENTO, S.V. **Políticas públicas para Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil**. IFRJ. **Formação de professores, complexidade e trabalho docente**. V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente. PUCPR, 2015.

NHARY, T.M.C. **O que está em jogo no jogo. Cultura, imagens e simbolismos na formação de professores**. Dissertação de Mestrado em Educação. UFF. Niterói: RJ, 2006.

NUNES, C.; MADUREIRA, I. 2015. **Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas**. *Da Investigação às Práticas*, 5(2):126-143.

PAULON, S.M.; FREITAS, L.B. de L.; PINHO, G.S. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/doc-subsidiariopoliticadeinclusao.pdf>. Acesso 02 jul. 2023.

PERES, R.C.N.C. **O lúdico no desenvolvimento da criança com paralisia cerebral espástica**. 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PRAIS, J.L.S.; ROSA, W.S. **Revisão Sistemática sobre Desenho Universal para a Aprendizagem entre 2010 e 2015 no Brasil**. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, 18(4), 414-423, 2017.

REGO, J.K.; BARRETO, R.Q.; BENÍCIO, D.R.F. de. **O Currículo na Escola Inclusiva: Uma Perspectiva na Educação Especial. II Cintedi. II Congresso Internacional De Educação Inclusiva. II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva**, 2016.

RESENDE, D.C.P. **A importância da Ludicidade na Educação Especial Inclusiva. Pedagogia em Ação, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, 2018.**

SÁ, E.D. **Adaptações Curriculares: diretrizes nacionais para a educação especial**. 2008. Disponível em: < <http://www.bancodeescola.com/verbete5.htm> > Acesso 02 jul. 2023.

SANTOS, M.P. **Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: Consequências ao Sistema Educacional Brasileiro**. In Revista Integração, 2000, nº 22, MEC. Secretaria de Educação Especial.

TAKAHASHI, A.R.W.; AMÉRICO, B.L.; CARNIEL, F. **Gestão pública da educação especial e formalismo nas políticas públicas inclusivas – o caso do Brasil**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n.83, p. 379-410, abr./jun. 2014.

VALENTE J.A. (org.). **Liberando a mente: computadores na educação especial**. Campinas: UNICAMP, 1991.